

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

ALINE ADAMS

**ENTRE A LOUCURA E O DESVIO: ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI ACOMETIDOS DE
TRANSTORNO PSICÓTICO E DE CONDUTA
NO CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Porto Alegre, RS, Brasil

2010

ALINE ADAMS

**ENTRE A LOUCURA E O DESVIO: ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI ACOMETIDOS DE
TRANSTORNO PSICÓTICO E DE CONDUTA
NO CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Cataldo Neto

Porto Alegre, RS, Brasil

2010.

ALINE ADAMS

**ENTRE A LOUCURA E O DESVIO: ADOLESCENTES
EM CONFLITO COM A LEI ACOMETIDOS DE
TRANSTORNO PSICÓTICO E DE CONDUTA
NO CUMPRIMENTO DE MEDIDA
SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de mestre do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Criminais da
Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Clarice Beatriz da Costa Söhngen
Faculdade de Direito/PUCRS

Prof. Dr. Alfredo Cataldo Neto
PPG Ciências Criminais/PUCRS

Prof. Dr. Ney Fayet Jr.
PPG Ciências Criminais/PUCRS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A211e Adams, Aline

Entre a loucura e o desvio: adolescentes em conflito com a lei acometidos de transtorno psicótico e de conduta no cumprimento de medida socioeducativa de internação. / Aline Adams. – Porto Alegre, 2010. 198 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Alfredo Cataldo Neto.

1. Direito. 2. Adolescentes - Criminalidade. 3. Transtorno Psicótico. 4. Transtorno de Conduta. 5. Medida Socioeducativa de Internação. I. Cataldo Neto, Alfredo. II. Título.

CDD 341.5915

Ficha elaborada pela bibliotecária Cíntia Borges Greff CRB 10/1437

Ao meu pai, minha tia
Lena e meu amado Arthur.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos **meus pais**, Gildo e Maria, por tudo que sempre foram e que continuam sendo para mim. Pai, és meu exemplo de caráter, de força. Obrigada por todo incentivo, pelo riso e pelo choro, pela aceitação na minha mudança repentina para Porto Alegre, mas obrigada sobretudo pela liberdade no exercício do meu pensamento. Mãe, como fazes falta neste momento! Obrigada pela presença na ausência, pelo modelo de luta, de determinação. Sem ti eu jamais seria o que sou hoje e nunca teria tido a oportunidade de, desde sempre, exercitar minha criatividade em todos os âmbitos, nos riscos e rabiscos das paredes do meu quarto, na graduação em artes cênicas, nas pinturas, nas leituras. Agradeço a confiança eterna, o amor incondicional e toda a doação que sempre tiveram por mim.

À **tia Lena**, que fez às vezes de CAPES e CNPq custeando boa parte do valor necessário para o adimplemento deste curso de mestrado e, mais do que isso, foi amparo, apoio, carinho, proteção não só durante minha vida toda, como, principalmente, nestes anos em que precisei morar longe. Obrigada por cada lágrima, por cada oração!

Ao meu amado **Arthur**. Sem palavras para descrever o quanto sou grata a ti por estes dois anos de mestrado. Por tua companhia, teu carinho, apoio. Sem tua ajuda cumprindo as minhas tarefas domésticas, emprestando o carro para a pesquisa de campo na FASE (desculpa pela batida, ok?), me lembrando de compromissos, aceitando o acúmulo de milhares de folhas espalhadas pela casa, ouvindo todas as minhas histórias e lamentações, eu jamais teria chegado ao fim. Foste mais do que meu namorado/companheiro/noivo. Foste meu porto seguro nessa nossa Porto Alegre, que tornou as coisas mais fáceis e o caminho muito mais tranquilo. Obrigada por fazer parte deste momento!

Às minhas tias **Derise (dinda) e Denise**. À primeira, pelo gosto pelo Direito despertado em mim desde a infância. É provável que sem ti eu jamais teria ingressado no mundo jurídico e dele não mais conseguido sair. À segunda, pelo despertar para a docência, desde que “me reconheço por gente”, em todas as doações de livros didáticos, materiais, em todas as contações de estórias. Obrigada as duas pelas preocupações e torcidas! Reconheço muito de mim em cada uma de vocês!

Ao meu primo **Vinícius**, meu primeiro amigo, meu primeiro irmão. És meu referencial de fraternidade! Obrigada por tudo que vivemos, por tudo que ainda somos, pela tua presença diária e auxílio durante este último ano de mestrado. À minha prima **Mônica**, que define para mim com exatidão os termos da palavra “irmã”. Se a vida tivesse me presenteado com uma, certamente ela não teria as mesmas qualidades que tens! Obrigada por ser minha primeira aluna nas nossas brincadeiras de “aulinha” e em todas as vezes que tentei te ensinar alguma coisa. Hoje sou eu que aprendo contigo! Aprendo a ser companheira, humana, amiga. A ti, minha gratidão por tudo.

Aos meus amigos que souberam aceitar minha ausência e que vibraram comigo em cada pequena vitória. A todos vocês, **Paula (e Guilherme!), Natália, Mica, Marcel, Renan**, que aguardaram ansiosos pelo fim deste trabalho, todo meu carinho. À Paula, Mica e à Natália, porque estão desde sempre ao meu lado, desde antes da nossa alfabetização. A vocês três, obrigada pelo carinho, pelo incentivo, pela torcida! E que continuemos assim, vida afora. Ao Marcel por ter aceitado a difícil (e põe difícil nisso!) missão de dividir apartamento comigo na mudança para POA. Sem ti, querido, eu não teria conseguido. És parte essencial dessa conquista! E ao Renan, simplesmente pela sua existência na minha vida. “Estava escrito nas estrelas” que seguiríamos juntos para sempre, independente do que isso signifique aos olhos alheios. Obrigada por tudo, pelas discussões inquietantes, pelas conversas sem (e com muito) sentido, pelos risos, pela tua maneira de ver o mundo e que tanto me tira do conforto da mesmice e, óbvio, pelo abrigo “casa-comida-e-roupa-lavada” nos momentos finais dessa dissertação.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e ao meu orientador, **Prof. Dr. Alfredo Cataldo Neto**, que pacientemente aceitou a minha insistência no tema. A ti, prof., obrigada pelos nossos encontros semanais, pelo auxílio, cobrança, confiança. Obrigada pela orientação no estágio de docência, pelo convite na publicação de artigos, pela vibração em cada pequena vitória, pela tolerância.

Ao professor **Dr. Ney Fayet Jr.**, pela indicação do tema deste trabalho enquanto meu orientador no curso de especialização em ciências penais da PUCRS e pela inquietude constante que me causava em suas aulas. Ao professor **Dr. Giovanni Saavedra** pela acolhida e apoio em seu grupo de pesquisa Violência e Justiça e por todos os conselhos. Muito obrigada aos dois!

Ao **grupo de pesquisa Comportamentos Auto e Hetero Destrutivos** do Prof. Dr. Cataldo, pela oportunidade de conhecimento transdisciplinar. Agradeço também aos alunos de graduação em Direito da PUCRS e que fazem parte do **grupo de pesquisa Violência e Justiça**, por todas as discussões e pelo crescimento que desempenharam em mim enquanto alguém que se prepara para a docência.

A professora **Dra. Leonia Bulla**, do PPG em Serviço Social da PUCRS que me recebeu carinhosamente em suas aulas de métodos qualitativos da pesquisa social, entendendo minhas falhas e corrigindo meus erros. Posso dizer que és uma das grandes responsáveis pela conclusão deste trabalho, pois sem seus ensinamentos eu jamais teria conseguido efetivar a pesquisa de campo. Obrigada, mais uma vez.

Ao professor **Edgar Erdmann**, coordenador da Extensão Comunitária da PUCRS, ao professor **Denis Dockhorn e à Gisele Andres Brasil**, por terem me proporcionado a consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão durante o mestrado. Sem a confiança, apoio e auxílio de vocês na oportunidade de coordenar duas equipes da PUCRS no Projeto Rondon Nacional, o título de mestre seria bem menos colorido, bem menos humano. Obrigada a vocês pela melhor e mais rica experiência de vida e cidadania que eu poderia ter. Aos **alunos** que me acompanharam nessa trajetória rondonista, saibam que vocês morarão no meu coração para sempre.

Ao **Paulo Luis Pereira** pela chance de advogar na “cidade grande”, pelos conselhos, puxões de orelha, pela tolerância, paciência. Obrigada por tudo que me proporcionaste nesses três anos em que estivemos trabalhando juntos, pela possibilidade de realizar grupos de pesquisa, estágio de docência, participar de eventos, efetivar minha pesquisa de campo, tudo em horário comercial e de expediente forense!! Sem ti, sabes, este trabalho também não teria sido possível.

Ao pessoal da **secretaria do PPGCrim**, em especial à Raquel, Patrícia, Caren, Márcia e Victor, pelos emails constantes, pelo zelo e carinho.

A todos os amigos da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul, que ajudaram de forma imprescindível na realização deste trabalho, em especial a equipe da Assessoria de Informação e Gestão: **Leonel, Paulo, Eliane, Eduardo, Katy e à Márcia da DSE**. A vocês todos, meu carinho e agradecimentos.

E a todos **adolescentes e seus familiares** que enriqueceram, ainda que sem saber, as páginas desta pesquisa. Obrigada por me fazerem lembrar que antes de qualquer título eu jurei ser bacharela em ciências jurídicas e **sociais**.

E há tempos nem os santos têm ao
certo a medida da maldade
Há tempos são os jovens que
adoecem
Há tempos o encanto está ausente
E há ferrugem nos sorrisos
E só o acaso estende os braços
A quem procura abrigo e proteção.

(Renato Russo)

RESUMO

Esta dissertação, do curso de mestrado em Ciências Criminais, área de concentração Sistema Penal e Violência, linha de pesquisa Criminologia e Controle Social, trata do cumprimento de medida socioeducativa de internação por adolescentes em conflito com a lei que possuem diagnóstico de transtorno de conduta ou psicótico. As hipóteses de pesquisa versavam acerca de que se existem diferenças substanciais entre os adolescentes infratores acometidos de transtorno psicótico e transtorno de conduta, e se o tratamento fornecido pela FASE é o mesmo; e se a incidência de adolescentes acometidos de sofrimento psíquico, em especial os já referidos é significativa, mas tem sido tratada como se não existisse pelos operadores jurídicos e por parte da administração da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo. Os objetivos foram averiguar a legislação brasileira quanto à capacidade para cumprimento de medida socioeducativa de adolescentes com diagnóstico de transtorno psicótico e transtorno de conduta; além de avaliar faticamente a existência de adolescentes incapazes de cumprimento de medidas socioeducativa e as condições da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS) para o tratamento psíquico e jurídico desses jovens. Para tanto, utilizou-se a abordagem Dialético-Crítica, através da metodologia qualitativa de pesquisa. Analisaram-se dez prontuários arquivados de adolescentes que cumpriram medida de internação na FASE/RS, sendo que três eram de adolescentes com sintomas psicóticos e sete de adolescentes com diagnóstico de transtorno de conduta. Da apreciação dos achados, concluiu-se que o transtorno psicótico e o de conduta possuem diferenças não só nos seus sintomas, como também nas possibilidades de tratamento. Contudo, no interior da FASE não se pode dizer que há diferenças no cuidado desses tipos diferentes de adolescentes. Já a segunda hipótese foi confirmada em sua primeira parte, mas afastada na sua segunda. Pode-se dizer que a parcela de adolescentes que apresenta os diagnósticos/sintomas pesquisados é relevante, principalmente no que diz respeito ao transtorno de conduta. Entretanto, parece ser uma preocupação crescente da FASE com o manejo desses jovens, sendo que tais descrições apareceram não só nos laudos efetuados pela instituição como também nas audiências de avaliação de medida.

Palavras-chaves: Adolescentes. Transtorno psicótico. Transtorno de conduta. Medida socioeducativa de internação.

ABSTRACT

This master's degree is about the accomplishment of socio-educational measure of internment for teenagers in conflict with the Law who are diagnosed with conduct or psychotic disorder. This research's hypotheses deal with the existence of substantial differences between teen offenders affected with psychotic disorder and conduct disorder, even though the treatment given by FASE is the same; and the significance of the incidence of teenagers affected by psychic suffering, specially those already mentioned, which has been treated as if it didn't exist by legal operators and by the administration of Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), since there's no solution from the practical or legal perspective. The goals were to investigate Brazilian legislation concerning the ability of accomplishing the socio-educational measures of teenagers with diagnosis of psychotic disorder and conduct disorder, and to evaluate empirically the existence of teenagers unable to accomplish socio-educational measures and the conditions of Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE-RS) for the psychic and juridical treatment of those teenagers. For such experiment it was used a dialectical-critical approach, through the qualitative methodology of research. Ten archived medical records of teenagers who accomplished the measure of internment at FASE/RS were analyzed, three of those teenagers with psychic symptoms and seven of teenagers with diagnosis of conduct disorder. From the appreciation of the findings, it was concluded that psychotic and conduct disorders possess differences not only in their symptoms, but also in their possibilities of treatment. However, inside FASE it's not possible to say that there are differences in the internment conduction of those different types of teenagers. In the other hand, the second hypothesis was confirmed partially in its first part, but denied in its second. It is possible to say that the portion of teenagers that show the researched diagnoses/symptoms is relevant, mainly concerning the conduct disorder. However, there seems to be of FASE's growing concern with the management of these teenagers, taking in consideration those descriptions appeared not only on the reports done by the institution, but also in the measure evaluation hearings.

KEYWORDS: Teenagers. Psychotic disorder. Conduct disorder. Socio-educational measure of internment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 ADOLESCÊNCIA, SAÚDE MENTAL E DIREITO PENAL: LOUCURAS DE TODO GÊNERO	21
1.1 ADOLESCÊNCIA E NORMALIDADE	21
1.1.1 Transtornos Psicóticos	24
1.1.1.1 Esquizofrenia	25
1.1.1.2 Outros Transtornos Psicóticos	28
1.1.1.2.1 Transtorno Esquizofreniforme	29
1.1.1.2.2 Transtorno Esquizoafetivo.....	30
1.1.2 Transtorno de Conduta	30
1.1.2.1 Psicopatia e Transtorno de Personalidade Anti-Social.....	33
1.2 QUANDO A DOENÇA ATINGE O DIREITO: TRAÇANDO LIMITES À PENALIZAÇÃO DA INSANIDADE	35
1.2.1 O Mundo dos Adultos: Culpabilidade Penal e (In) Imputabilidade	38
1.2.1.1 Medidas de Segurança	43
1.2.2 O Mundo Juvenil: Estatuto da Criança e do Adolescente	45
1.2.2.1 Medidas Socioeducativas.....	48
1.2.2.1.1 As medidas não privativas de liberdade.....	48
1.2.2.1.2. As medidas privativas de liberdade.....	50
1.2.2.2 Medidas de Proteção	52
2 O CAMINHO PERCORRIDO	54
2.1 CIÊNCIA: CRISE DO PARADIGMA DOMINANTE E O PARADIGMA EMERGENTE	54
2.2 MÉTODO E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	58
2.2.1 A dialética crítica: método escolhido e suas categorias	59
2.2.2 As categorias explicativas da realidade	60
2.2.3 A pesquisa qualitativa: abordagem escolhida	61
2.3 AS TÉCNICAS.....	66
2.3.1 O universo e amostragem: os sujeitos da pesquisa	66

2.3.2 Técnicas da pesquisa	69
2.3.3 Procedimentos para a coleta de dados	72
2.3.4 Procedimento para a análise dos dados colhidos	73
2.3.5 Pressupostos éticos da pesquisa.....	76

3 FRAGMENTOS DE VIDA: ADOLESCENTES E SUAS HISTÓRIAS

INSTITUCIONAIS	78
3.1 “QUERO COLO, VOU FUGIR DE CASA. POSSO DORMIR AQUI COM VOCÊS?”	79
3.2. “ESTOU COM MEDO, TIVE UM PESADELO”	81
3.3 “SÓ VOU VOLTAR DEPOIS DAS TRÊS”	83
3.4 “MEU FILHO VAI TER NOME DE SANTO, QUERO O NOME MAIS BONITO”	85
3.5 “SÃO MEUS FILHOS QUE TOMAM CONTA DE MIM”	88
3.6 “EU MORO COM A MINHA MÃE, MAS MEU PAI VEM ME VISITAR”	92
3.7 “EU MORO NA RUA, NÃO TENHO NINGUÉM”	94
3.8 “EU MORO EM QUALQUER LUGAR”	96
3.9 “JÁ MOREI EM TANTA CASA QUE NEM ME LEMBRO MAIS”	100
3.10 “EU MORO COM MEUS PAIS”	102

4 COSTURANDO A COLCHA DE RETALHOS: DA NECESSÁRIA DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS.....

4.1 ADOLESCENDO: A RUPTURA COM A EXISTÊNCIA INFANTIL E AS INCERTEZAS DA VIDA ADULTA.....	109
4.1.1 O adolescente desvelado	111
4.1.2 As relações familiares	113
4.1.3 A escolarização	125
4.1.4 Os processos de trabalho	127
4.2 SAÚDE MENTAL E O ACOMETIMENTO DE TRANSTORNO DE CONDUTA OU SINTOMAS PSICÓTICOS.....	128
4.2.1 As substâncias psicoativas	130
4.2.2 O cometimento de ato infracional violento	133
4.2.3 Processos de privação de liberdade	135
4.2.4 A figura paterna.....	137

4.3 MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO E ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DE CONDUITA OU SINTOMAS PSICÓTICOS	140
4.3.1 Faltas disciplinares graves	140
4.3.2 Atendimento no setor de psiquiatria da Unidade	142
4.3.3 Utilização de medicamentos e internações psiquiátricas	146
NA TENTATIVA DE TECER CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE - Instrumento de Avaliação dos Prontuários dos Adolescentes da Fundação de Atendimento Socio-Educativo.....	163
ANEXO A – Carta de apresentação da pesquisadora à FASE	168
ANEXO B – Autorização da FASE para a pesquisa.....	170
ANEXO C – Termo de compromisso da pesquisadora	172
ANEXO D – Carta de apresentação do projeto para o CEP	174
ANEXO E – Justificativa de ausência de termo de consentimento livre e esclarecido	176
ANEXO F – Declaração de financiamento da pesquisa	178
ANEXO G – Requerimento da pesquisadora para submissão do projeto perante a Comissão Científica da Faculdade de Direito.....	180
ANEXO H – Aprovação do projeto perante o CEP	184
ANEXO I – Resolução 11 da FASE/RS, que determina normas para a realização de atividades acadêmicas e de pesquisas na instituição	186
ANEXO J – Ordem de serviço n. 01/2008 da FASE, que disciplina o atendimento médico-psiquiátrico, a prescrição, a dispensação e a administração de medicamentos psicotrópicos, bem como o manejo de comportamentos de risco...	191

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresenta-se uma síntese de todo processo de pesquisa ocorrido durante o curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais na PUCRS. A partir de inquietações surgidas ainda no curso de especialização do mesmo programa, traçaram-se questionamentos constantes. A trajetória, importante que se diga, não está finalizada, pois as possibilidades de aprofundamento do tema não se esgotam nesta dissertação.

Busca-se compreender, a partir do problema de pesquisa estabelecido, quais as conseqüências jurídico-penais da possível incapacidade para cumprimento de medida socioeducativa de adolescentes com diagnóstico de transtorno de conduta ou sintomas de transtorno psicótico. As hipóteses de pesquisa são 1) se existem diferenças substanciais entre os adolescentes infratores acometidos de transtorno psicótico e transtorno de conduta, mas o tratamento fornecido pela FASE é o mesmo; 2) e se a incidência de adolescentes acometidos de sofrimento psíquico, em especial os já referidos é significativa, mas tem sido tratada como se não existisse pelos operadores jurídicos e por parte da administração da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, visto que não há solução do ponto de vista prático ou legal.

Além disso, o objetivo geral da pesquisa é examinar as conseqüências jurídicas da doença mental em adolescentes que cometeram atos considerados infracionais e cumprem medida socioeducativa. Já os objetivos específicos se constituem em 1) averiguar a legislação brasileira quanto à capacidade para cumprimento de medida socioeducativa de adolescentes com diagnóstico de transtorno psicótico e transtorno de conduta; 2) avaliar faticamente a existência de adolescentes incapazes de cumprimento de medidas socioeducativa e as condições da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE-RS) para o tratamento psíquico e jurídico desses jovens.

No primeiro capítulo, revisa-se a literatura no que concernem os aspectos da adolescência e (a)normalidade e as questões jurídicas atinentes ao tema. Dentro do primeiro subcapítulo, que trata da temática adolescência e saúde mental, busca-se aproximar o leitor das conceituações médicas, diferenciando-se os transtornos

psicóticos dos de conduta e este último da psicopatia e do transtorno de personalidade anti-social. Já no segundo subcapítulo, trabalha-se as especificidades jurídicas do “mundo dos adultos” e do “mundo juvenil”, nomenclatura utilizada pela pesquisadora para definir as diferenciações penais entre imputáveis e inimputáveis, sejam eles adolescentes ou doentes mentais. Nesse sentido, estabelecem-se parâmetros nas medidas de segurança, socioeducativas e de proteção.

O segundo capítulo traz a trajetória percorrida na elaboração da pesquisa através de três subcapítulos. O primeiro trata da crise do paradigma dominante e a emergência do paradigma emergente na ciência. Já o segundo apresenta como método escolhido a dialética crítica e suas categorias de análise, sendo historicidade, totalidade e contradição. A abordagem escolhida consubstancia-se na pesquisa qualitativa com o objetivo de revelar os processos sociais pouco conhecidos referidos ao grupo particular dos adolescentes com diagnóstico de transtorno de conduta ou sintomas de transtorno psicótico. A suas histórias de vida e histórias institucionais só poderiam ser desveladas através de pesquisa que não tivesse por interesse generalizar dados, nem quantificar questões, mas sim avaliar efetivamente a vivência desses jovens antes e durante a internação na FASE. Por isso, é utilizada abordagem qualitativa através de estudo de casos com escopo de analisar as categorias explicativas da realidade traçadas anteriormente à busca de campo e também aquelas que emergiram do contato com os prontuários dos adolescentes. O terceiro subcapítulo descreve o passo-a-passo da investigação, exemplificando as técnicas utilizadas, delineando os procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como os pressupostos éticos da pesquisa.

O terceiro capítulo expõe a história de vida e institucional dos sujeitos pesquisados, utilizando como titulação a cada uma dessas narrativas, fragmentos da música Pais e Filhos, de Renato Russo. Tal é empregado como um recurso ilustrativo das diferentes, porém semelhantes, histórias vivenciadas por cada adolescente, que refletem muito da realidade vivida por outros jovens institucionalizados, bem como por uma ampla parcela da juventude brasileira.

O último capítulo tem como objetivo apresentar os resultados verificados na pesquisa. Longe de buscar generalizações e quantificações, esta parte do trabalho analisa as questões encontradas dentro de cada uma das categorias explicativas da realidade, conforme critérios de reiteração e relevância, sendo elas: 1) **Adolescência:** O Adolescente desvelado, relação familiar, escolarização, processos

de trabalho; 2) **Saúde mental e o acometimento de transtorno psicótico e de conduta**: utilização de substâncias psicoativas, cometimento de ato infracional violento, processo de privação de liberdade, ausência da figura paterna; 3) **A utilização de medida socioeducativa de internação para adolescentes acometidos de transtorno de conduta ou psicótico**: reiteração de atos considerados ilícitos, inúmeros atendimentos especiais em razão de falta grave, utilização de medicamentos psicofármacos, internações psiquiátricas.

Essa Dissertação de Mestrado compila os resultados da investigação teórica e empírica efetuada ao longo de dois anos e abrange toda a reflexão, dedicação e esforço da pesquisadora nesse período. Porém, não pode ser considerado um trabalho esgotado, mas parte de um processo de pesquisa que se pretende prosseguir.

NA TENTATIVA DE TECER CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que o trabalho esteja sendo, nesse momento, formalmente concluído, tal não sinaliza o final das inquietações e dúvidas que perseguiram a pesquisadora durante o período em que a investigação estava sendo feita. Nesse sentido, esta dissertação não só significa a síntese do trabalho efetuado durante o curso de mestrado, como também marca uma etapa importante no processo de conhecimento e na vida acadêmica da pesquisadora.

A primeira hipótese que foi analisada é a de se existiam diferenças substanciais entre os adolescentes infratores acometidos de transtorno psicótico e transtorno de conduta, mas o tratamento fornecido pela FASE era o mesmo. Como se pode verificar ao longo da descrição dos diferentes tipos de doenças mentais, é possível se concluir que o transtorno de conduta e o psicótico possuem diferenças basilares não só nos seus sintomas, como também nas possibilidades de tratamento. Contudo, no interior da FASE, não havendo uma estrutura específica para cuidado psiquiátrico, e médico em geral, com ausência de pessoal capacitado para trabalhar com estas questões bem como problemas de estrutura física, não se pode dizer que há diferenças na condução da internação desses tipos diferentes de adolescentes.

A outra hipótese levantada no projeto de pesquisa era a de que a incidência de adolescentes acometidos de transtornos psicóticos e transtornos de conduta é significativa, mas tem sido tratada como se não existisse pelos operadores jurídicos e por parte da administração da FASE, visto que não há solução do ponto de vista prático ou legal. Tal hipótese foi confirmada em sua primeira parte, mas afastada na sua segunda. Muito embora não tenha sido efetuado levantamento quantitativo do número de adolescentes acometidos de transtorno psicótico e de conduta no interior da instituição, pode-se dizer que a parcela que apresenta esses diagnósticos/sintomas é relevante, principalmente no que diz respeito ao TC. Efetivamente não há grande aparecimento de sintomas psicóticos entre os adolescentes internados, mas aqueles que apresentam possuem altas taxas de tentativa de suicídio (na pesquisa verificou-se que 100% dos adolescentes estudados com esses sintomas cometeram pelo menos uma tentativa), o que é uma

preocupação sempre presente. A segunda parte da hipótese foi afastada, porque não se percebeu que as doenças apresentadas pelos jovens são tratadas como se não existissem. Antes pelo contrário. Apareceu como uma inquietação tanto nos laudos apresentados pela FASE, como nas discussões ocorridas nas audiências de avaliação a questão de o que fazer com o adolescente que possuía sintomas psicóticos e qual a melhor forma de tratá-lo.

Dos adolescentes pesquisados, percebeu-se que a maioria estava na faixa dos 17 anos quando de seu ingresso na FASE, sendo que a totalidade era natural de Porto Alegre e região metropolitana. No que diz respeito às relações familiares, poucos adolescentes residiam com seus pais, denotando a busca pela falta de limites e continência, além de que muitos deles não tiveram contato com seus pais biológicos ou alguém que exercesse as funções da figura paterna. Também se pôde verificar que seis, dos dez adolescentes estudados, possuíam algum parente cumprindo pena privativa de liberdade, sendo mais comum o pai. As famílias dos adolescentes apareceram como numerosas e se constituíam de pessoas com baixo poder aquisitivo, em geral dependentes de programas assistenciais do governo, como o bolsa família, e de donativos da comunidade para sua sobrevivência. Além disso, violência intra-familiar também foi relevante fator verificado dentro das relações familiares dos jovens pesquisados. De tudo, se conclui que a família é importante rede social em torno do jovem, que aparece como fator protetivo para a não produção da violência quando se estrutura de forma organizada e impõe limites aos seus membros.

Se pode ainda dizer que os jovens pesquisados apresentaram baixos níveis de escolaridade e processos de trabalho envolvendo, em geral, subempregos. Também o uso abusivo de substâncias psicoativas apareceu como desmotivador para a escola, trabalho, vivências familiares, bem como propulsor para as experiências de rua e para o cometimento dos atos infracionais, seja porque os adolescentes estavam sob o efeito da droga, seja porque precisavam de dinheiro para comprá-la.

Via de regra os atos infracionais cometidos pelos adolescentes com transtorno de conduta são os delitos contra o patrimônio, enquanto que os atos infracionais dos adolescentes que posteriormente apresentaram algum sintoma psicótico envolviam violência, sendo o mais comum o latrocínio. Chamou atenção

também o fato de que o adolescente que permaneceu por maior período dentro da instituição (59 meses) tenha tido sintomas psicóticos no final de sua internação.

Pôde-se verificar que na primeira avaliação de todos adolescentes que apresentaram algum delírio ou alucinação no interior da FASE, os mesmos foram desinternados, de forma que se comprovou que a instituição não possui estrutura para lidar com esses tipos diferentes de jovens. Apesar disso, se verificou que as maiores relações de atendimentos/mês dos adolescentes pesquisados se deram justamente naqueles que possuíam transtorno psicótico, denotando preocupação da FASE em bem atender esses jovens.

O que se pode concluir de tudo que foi estudado é que, sendo a medida de segurança instituição falida que não consegue dar conta dos seus pressupostos de tratar o doente e prevenir o cometimento de novos delitos, não deve ser criada forma semelhante de instituto para os adolescentes. Além disso, também desnecessária construção de “manicômio judiciário” para os jovens, não só porque a incidência de casos necessários de internação hospitalar é pequena, como também a experiência advinda do “mundo dos adultos” não sugere boa prognose.

Uma alternativa que se poderia mostrar eficaz seria o aparelhamento das unidades já existentes em nível de estrutura e de pessoal, de forma que a continência dos adolescentes que possuíssem condições especiais de cumprimento de medidas socioeducativas fosse possível dentro da própria instituição, o que de uma certa forma já vem sendo feito. Além disso, interessante seria a construção de um hospital que pudesse tratar de todas as questões médicas relativas aos adolescentes, bem como os problemas de saúde mental em casos de surtos.

Não sendo essa a realidade enfrentada, onde pouco se consegue fazer com os recursos existentes, efetivamente se mostra alternativa menos dolorosa e cruel para o jovem que possui transtorno psicótico a sua liberação e entrega à família de origem. Importante, contudo, que haja nesses casos acompanhamento das redes de saúde pública para que o jovem e suas famílias não fiquem desassistidos e tenham acesso à terapia e medicamentos necessários.

Já nos casos de transtorno de conduta, de acordo com a revisão da literatura, ineficazes quaisquer formas de tratamento no interior de estabelecimentos para jovens em razão do reforço negativo contagiante do comportamento gerado pelo grupo. Assim, ainda que de forma utópica, parece ser a melhor sugestão a construção de um programa de colocação do adolescente em família substituta, nos

quais os jovens seriam colocados junto a “pais adotivos” com treinamentos especiais, em substituição a outro tipo de encarceramento. De forma cumulativa, também poder-se-ia utilizar da técnica do Treinamento Parental, referida no capítulo 1 deste trabalho, no qual os pais biológicos passariam à conscientização da causa-efeito do ato infracional para que eles pudessem compreender que inadvertidamente poderiam ter encorajado o comportamento indesejado, tanto por não terem dado a devida atenção, como por não proporcionarem punição adequada.

Longe de querer propor apenas soluções utópicas e pouco realizáveis do ponto de vista prático, concorda-se com Jacobina²⁰⁷ quando o autor refere a necessidade da discussão acerca de um sistema interdisciplinar, que leve em consideração as especiais condições dos sujeitos afetados, bem como outras áreas do saber indiferentes ao direito penal.

²⁰⁷ JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Direito penal da loucura e reforma psiquiátrica**. Brasília: ESMPU, 2008. p. 133.

REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo; GIL, Alexei. Esquizofrenia. In: CATALDO NETO, Alfredo et. al. (org.). **Psiquiatria para estudantes de medicina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto et. al. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

BEHEREGARAY, Andréa Pereira. **Situação Jurídico-penal e fatores de risco em adolescentes em conflito com a lei**. (Mestrado em Ciências Criminais) Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal – parte geral**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CALIMAN, Geraldo. **Desvio social e delinquência juvenil: teorias e fundamentos da exclusão social**. Brasília: Universa, 2006.

CARVALHO, Salo de. **Anti-manual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

_____. Teoria Agnóstica da pena: entre os supérfluos fins e a limitação do poder punitivo. **Crítica à execução penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

_____. Aplicação da pena no Estado Democrático de Direito e Garantismo: Considerações a partir do princípio da secularização. *In: Aplicação da pena e garantismo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CORDEIRO, José Carlos Dias. **Psiquiatria Forense: a pessoa como sujeito ético em medicina e em direito**. Lisboa: FCG, 2003.

COSTA, Talison Pires. **Meio ambiente familiar: a solução para prevenir o crime.** São Paulo: Max Limonad, 2002.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição.** São Paulo: Cortez, 1995.

CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente anotado.** 2. ed.rev.atual. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2000.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente comentado.** 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** São Paulo: Atlas, 1991.

ESCOSTEGUY, Norma. PORTELLA, Ieda Bischoff. In: CATALDO NETO, Alfredo et. al. (org.). **Psiquiatria para estudantes de medicina.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

FICHTNER, Nilo. Transtornos de conduta. In: FICHTNER, Nilo (org.) **Transtornos mentais da Infância e da Adolescência:** Um enfoque Desenvolvimental. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Trad. Sandra Netz. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GALLO, Rodrigo. Crime do Abandono. **Sociologia: Ciência e Vida.** São Paulo, ano I, n. 10.

GENNEP, Van. 1981 apud SAGGESE, Edson. **Adolescência e Psicose: transformações sociais e os desafios da clínica.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GHISOLFI, Eduardo Sörensen. **Psiquiatria Geral**. Disponível em <http://www.psiquiatriageral.com.br/psicopatologia/sindromepsicotica.htm>. Acesso em 21 out. 2007.

GOMIDE, Paula. **Menor Infrator: a caminho de um novo tempo**. Curitiba: Juruá, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GRUNSPUN, Haim. **Crianças e adolescentes com transtornos psicológicos e do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atheneu, 1999.

HALES, Robert E. YUDOFKY, Stuart C. **Tratado de psiquiatria clínica**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

IBGE, Censo Demográfico 1940/2000 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2006.

IPEAE/MJ-DCA. Mapeamento Nacional da Situação das Unidades de Execução de Medida de Privação de Liberdade (setembro-outubro de 2002)

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. **Direito penal da loucura e reforma psiquiátrica**. Brasília: ESMPU, 2008.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6a Ed. São Paulo: paz e terra, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

LAZZARON, Leandra Regina. **Jovens aprisionados em regime semi-aberto: um estudo transdisciplinar**. Dissertação de Mestrado em Ciências Criminais. PUCRS. Porto Alegre, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Processo Penal Juvenil: a garantia da legalidade na execução de medida socioeducativa**. São Paulo: Malheiros, 2005.

LOPES JR. Aury. **Introdução Crítica ao Processo Penal (Fundamentos da instrumentalidade constitucional)**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In NEPI. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio**. São Paulo: PUCS, 1994.

MARTINS, Mayra Costa; PILLON, Sandra Cristina. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, maio 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000500018&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 fev. 2009. doi: 10.1590/S0102-311X2008000500018.

MATOS, Virgílio de. **Crime e psiquiatria: uma saída: preliminares para a desconstrução das medidas de segurança**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MELFI, Renata Ceschin. **O Adolescente infrator e a imputabilidade penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MELTZER, Herbert Y.; FATEMI, Hossein; Esquizofrenia. In: EBERT, Michael H et al. (org.). **Psiquiatria: Diagnóstico e Tratamento**. Tradução de: Lúcia Porto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENDES FILHO, Ruy B.; MORANA, Hilda C.P., Transtornos Psicóticos. In: TABORDA, José G. V. et al. (org.). **Psiquiatria Forense**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MERCADANTE, Marcos Tomanik. Desenvolvimento Psiquiátrico Infantil e Transtornos Psiquiátricos. In BUSATTO FILHO, Geraldo. **Fisiopatologia dos Transtornos Psiquiátricos**. São Paulo: Atheneu, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/beneficios-e-contrapartidas. Acesso em 31 jan. 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PESSANHA, Antônio Luiz Serpa. Adolescência – tanto faz?. In LEVISKY, DAVID LÉO. **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo/Hebraica, 2001.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

PRATES, Flávio Cruz. **Adolescente infrator: a prestação de serviços à comunidade**. Curitiba: Juruá, 2005.

SAGGESE, Edson. **Adolescência e Psicose: transformações sociais e os desafios da clínica**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito Penal: Parte Geral**. Curitiba: Lúmen Júris, 2008.

SARAIVA, João batista da Costa. **Adolescente em conflito com a lei : da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil**. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2005.

_____. **Adolescente e Ato infracional: garantias processuais e medidas socioeducativas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

_____. **Compêndio de Direito Penal Juvenil: Adolescente e Ato Infracional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al . Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jun. 2007 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jan. 2010. doi: 10.1590/S1414-49802007000100010.

SERAPIONI, Mauro. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2000, vol.5, n.1.. ISSN 1413-8123. Acesso em 22 Set. 2009. doi: 10.1590/S1413-81232000000100016.

SILVA, Enid Rocha Andrade. GUERESI, Simone. **Adolescentes em Conflito com a Lei: Situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003.

SHELTON, Richard C. Outros Transtornos Psicóticos. In: **Psiquiatria: Diagnóstico e Tratamento**. Tradução de: Lúcia Porto. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SOUZA, Carlos Alberto Crespo de. CARDOSO, Rogério Götttert. (orgs.) **Psiquiatria Forense: 80 anos de prática institucional**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TABORDA, José G.V. CHALUB, Elias. ABDALLA-FILHO, Elias. **Psiquiatria forense**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TAVOLARO, Douglas. **A Casa do Delírio: Reportagem no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional** : as múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

TRINDADE, Jorge. **Delinquência Juvenil: Compêndio Transdisciplinar**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

_____. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007..

_____. BEHEREGARAY, Andréa. CUNEO, Mônica Rodrigues. **Psicopatia: a máscara da justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, June 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-9102005000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Set. 2009. doi: 10.1590/S0034-89102005000300025.

_____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

UNICEF. A voz dos adolescentes. Brasília, 2002.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima. **Monografia Jurídica**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2002.

VOLPI, Mário. **Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional & reflexões acerca da responsabilidade penal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O adolescente e o ato infracional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

WINNICOTT, Donald. Alguns aspectos psicológicos da delinqüência juvenil. In: **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A tendência anti-social. In: **Privação e Delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WELZEL, Hans. **Direito penal**. Campinas : Romana, 2003

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. Porto Alegre: Brookman, 2005.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo Lula no Brasil. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 3, n. 4, jun. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-

64452006000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 31 jan. 2010. doi:
10.1590/S1806-64452006000100009.